

A INFLUÊNCIA DA AÇÃO COLETIVA E DAS ASSOCIAÇÕES PARA A CONSOLIDAÇÃO DA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA NA PERSPECTIVA DE TOCQUEVILLE

Marco Aurélio da Silva¹; Aristéia Mariane Kayser²
(UFSM)

RESUMO

O presente artigo surge a partir do aporte teórico do primeiro capítulo da dissertação de mestrado em ciências sócias, tendo como um dos objetivos a análise da cooperação, da ação associativa, do espírito cívico, da participação política dos nortes americanos demonstrado na obra “A democracia da América”, de Tocqueville, como pressupostos para uma democracia real/ideal. Pois, ao decorrer do artigo busca-se analisar como o desenvolvimento sócio político norte americano foi influenciado pela ação participativa que cominou em uma real democracia. Segundo Tocqueville, houve a ampliação dos espaços públicos por meio da participação dos cidadãos, os quais se reuniam em associações visando o bem estar social. Tocqueville, verificou ainda a ampliação da percepção de liberdade dos cidadãos, esta liberdade que esta relacionada com a participação política dos cidadãos sendo estes pontos considerados como eixo teórico da referida obra.

Palavras-chave: Cooperativismo, democracia, capital social

ABSTRACT

This article arises from the theoretical to the first chapter of the dissertation in science partners, having as an objective the analysis cooperation, associative action, civic spirit of political participation of North Americans demonstrated in the work "Democracy of America, "de Tocqueville, as preconditions for a real democracy / ideal. For the course of the article seeks to examine how the socio political North America was influenced by participatory action cominou that in a real democracy. According to Tocqueville, was the expansion of public spaces through the participation of citizens, who gathered in associations seeking social welfare. Tocqueville also noted the expansion of the perception of citizens' freedom, this freedom that is related to the political participation of citizens and these are considered as theoretical points of that work.

¹ Mestrando em Ciências Sociais - UFSM, Mestrando em Educação – UNISC, Especialização em Gestão Educacional – UFSM, Especialização em Educação Ambiental –UFSM, Especialização em Mídias na Educação – UFPEL. Santa Maria-RS/BRASIL, E-mail: marcoaurelio22000@yahoo.com.br; Endereço Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6665383866556823>

² Especialização em Gestão da Organização em Saúde Pública – UFSM, Especialização em Educação Ambiental – UFSM.Santa Maria-RS/BRASIL, E-mail: amarianekayser@yahoo.com.br; Endereço Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7654244279351973>

Keywords; Cooperatives, democracy, social capital

Introdução

O conceito de capital social surgiu nas literaturas do meio acadêmico recentemente, no entanto, se expandiu, e ainda esta se a desenvolver. Há muitos debates teóricos a cerca da temática, porém até o presente momento não se pode homogeneizá-la, pois se trata de um tema transversal e interdisciplinar e conseqüentemente complexo, pelo fato da temática envolve um conjunto de valores sociais que são pertinentes à realidade social do cidadão que se encontra na coletividade. Alguns teóricos da Ciência Política Brasileira têm se dedicado a sérias reflexões sobre o conceito do capital social³.

Muitos teóricos, da Economia, das Ciências Sociais, da Educação, da Administração, ou seja das diversas áreas acadêmicas tem buscado o entendimento e uma definição mais precisa do que seja capital social⁴.

O objetivo não é reduzir o capital social em algumas palavras, mas é relacioná-lo a virtudes cívicas, ao espírito associativo, as redes de relações, a uma sinergia, ou seja, relacioná-lo as normas sociais visando apresentá-lo como mais uma variável positiva possível no âmbito da relação Estado e sociedade a qual apresenta muitas vezes uma fragilidade para a estruturação da democracia e que portanto, o capital social como mais uma variável possível poderia ser muito bem utilizada como uma sinergia visando à redução da lacuna que se estabelece a partir da não participação cívica e política.

³ Verifica-se Bandeira (2003), Baquero (2001, 2002, 2003A, 2006), Cremonese (2008). Monasterio (2001, 2002), Higgins (2005). Observap-se que para Silva (2001), o conceito de capital social, [...] é equivocado. Por que usar o termo 'capital' para este conceito que remete a noções que vão desde relações cooperativas horizontais, até se confundir o conceito de infra-estrutura social? No meu entender, definir capital social como infra-estrutura social ou o conjunto de leis, normas (e a eficácia das mesmas) talvez seja a forma mais interessante de se lidar com esta intuição econômica que é, sem dúvida, interessante. Melhor ainda, sugiro, é definir algo como tecnologia social ou tecnologia institucional para dar conta do fenômeno em questão (SILVA, 2001, p.21).

⁴ Alguns destes autores fazem referência indireta sobre o desenvolvimento conceitual do capital social. Todavia, outros destes autores mencionam diretamente o desenvolvimento conceitual do capital social Marx (1967), Marx & Engels (1947), Simmel (1964), Homans (1961), Woolcock (1998), Jacobs (19610), Burt (1992), Schiff (1992), Baker (1990), Coleman (1988, 1990), Loury (1977), Bourdieu (1985), Durston (2003), Fukuyama (2001), Inglehart (2001), Baum (2000), Bernardo Kliksberg (2001), Portes e Landolf (1996), Ricotta (2003), Abu-el-Haj (1999), Schmidt (2003), Fountain e Atkinson (1998) e Higgins (2005). O onjetivo de citar esses autores é justamente para demonstrar queo conceito de capital social é uma temática transversal e que esta em desenvolvimento, ou seja, abarcando muitos sentindos,no entantro, vem demonstrando uma variável positiva no que tange os laços sociais e o bom desenvolvimento da democracia.

Conforme a literatura acadêmica o primeiro teórico a utilizar o termo “capital social” foi Hanifan em 1916 relacionando-o conceito as relações sociais as quais se estabeleciam entre indivíduos e a família.

Porém, Tocqueville (1962), na obra *A democracia na América* relacionou capital social com a participação cívica, com o espírito associativista, com cooperação e argumentou que essa relação era e é fundamental para a democracia o que é plausível de se pensar. Já o cientista político Putnam dedicou um estudo epistemológico sobre o conceito de capital social visando entender até que ponto poderá favorecer na resolução dos problemas da coletividade e se estaria relacionada à cooperação social⁵.

O desenvolvimento do capital social: primeiras concepções

Hanifan (1916) entendia o capital social como algo essencial para a melhoria da vida da comunidade⁶. Conforme Milani (2004), Hanifan define capital social como sendo; [...] o conjunto dos elementos tangíveis que mais contam na vida cotidiana das pessoas, tais como a boa vontade, a camaradagem, a simpatia, as relações sociais entre indivíduos e a família (p. 41). Portanto, o capital social é um potencial quando desenvolvido por meio do relacionamento social, por meio do companheirismo consequentemente irá acumular benefícios à aquela unidade social, todavia a integração entre os cidadãos é algo essencial.⁷

Pierre Félix Bourdieu, filósofo de formação, no entanto, lecionou sociologia e suas obras são todas de cunho sociológico. Para Bourdieu (1998), o conceito de capital é derivado da percepção econômica, ou seja, é uma reprodução de habilidades, um

⁵ No Brasil alguns teóricos que estão dedicando ao estudo sobre a temática do capital social são eles; Marcelo Baquero (UFGRS) com vários livros públicos (2001, 2002, 2003A, 2003), Bandeira (UFRGS), (1999, 2003), Monasterio pesquisador do IPEA e professor da UCB (2001,2002)

⁶ Observa-se, que a palavra Capital sempre sofreu diferentes conceituações, ou melhor, diferentes interpretações é um adjetivo. Conforme afirmação de Araújo (2003), Capital estaria muito associado ao entendimento capitalista, ou seja, [...] ao mercado, propriedade privada, trabalho assalariado, recursos econômicos, riqueza e miséria (p.3).

⁷ Como já foi mencionado Hanifan (1916) definiu o conceito de capital social, porém com o surgimento de duas guerras mundiais, os períodos de ditaduras influenciaram de alguma forma para que desaparecesse da literatura. No entanto, com o surgimento de uma singela participação política popular no ambiente da democracia a temática surge novamente com muita força. Conferir, (HANIFAN, 1916 pp. 128 a 131)

acúmulo de investimentos⁸. O capital econômico esta na raiz de qualquer outro tipo de capital, apesar do esforço em desenvolver as teses do capital simbólico e da cultura, trata-se de um fenômeno dinâmico, criativo e estruturado. Todavia, o conceito mais desenvolvido por Bourdieu foi justamente o capital cultural, por entender que é algo universal e ao mesmo tempo dominante.

O capital cultural, que compreende um conjunto de qualificações/habilidades intelectuais que são produzidas no âmbito da família, e da instituição educacional. O capital social, é entendido como uma rede de contatos/relacionamentos que favorece os acessos sociais. O capital simbólico é entendido como um conjunto de rituais que favorecem o reconhecimento social, portanto é considerado uma síntese do capital cultural, econômico e social⁹. Outros dois autores que se dedicaram ao estudo do capital social foi James Coleman, na sociologia da educação e Robert Putnam, na ciência política.

Coleman (1990), definiu o capital social como processo que se forma nas relações interpessoais e que é facilitador de determinadas ações, ou seja, se dá no âmbito coletivo e está estruturado na confiança e na reciprocidade, desta forma, ficando evidente que é um fenômeno que parte do indivíduo para o coletivo. Percebe-se, que na perspectiva de Coleman (1990) e Bourdieu (1986), só é possível pensar o capital social a partir do coletivo, dos grupos sociais¹⁰.

Observa-se, que o capital social esta associado ao bem público na concepção dos autores, todavia, na contemporaneidade a relação que devemos fazer é uma relação interdisciplinar, ou seja, visando relacionar o capital social com todos os setores da vida social e isto se evidencia quando Consenso de Washington, Banco Mundial - FMI, Banco Mundial e da Organização para a Cooperação, manifestão o interesse de entender

⁸ O capital social favorece o conjunto de relações tornando uma rede durável, ou seja, uma rede de inter-reconhecimento que [...] são irredutíveis a relações objetivas de proximidade no espaço físico, espaço econômico ou social porque são fundadas em trocas inseparavelmente materiais e simbólicas cuja instauração e perpetuação supõem o reconhecimento dessa proximidade (BOURDIEU, 1998, p. 67).

⁹ Para Bourdieu (1998), as formas de capital são conversíveis umas nas outras, por exemplo o capital econômico pode ser convertido em capital simbólico e vice-versa. Portanto, capital social é toda a soma dos recursos dentro de uma rede de relações. Bourdieu definiu capital social como “[...] as redes permanentes que pertencem a um grupo que asseguram aos seus membros um conjunto de recursos atuais e potenciais” (CREMONESE, 2007, p. 132).

¹⁰ Na perspectiva de Coleman (1988), capital social se forma por meio da integração entre os indivíduos, ou seja, a reciprocidade é algo necessário para o desenvolvimento do capital social e esta reciprocidade é que vai formar as redes de contato.

a dinâmica do capital social, pois entendem que esta dinâmica favorece a coesão social e portanto, favorece um sistema mais democrático, tendo em vista que a sociedade estaria mais propensa a participarem da vida pública.

Na perspectiva de Woolcock (1998), o capital social é a confiança que o grupo deposita em seus pares, portanto é a base estrutural das relações sociais. Já, Giuseppe Ricotta (2003), o capital social significa a união das pessoas por meio do cooperativismo visando solucionar problemas, conseqüentemente melhorando a relação entre os pares e estes com o Estado visando o alcance de alternativas sustentáveis. A união é algo estratégico para a dinamização do capital social conforme podemos verificar na seguinte citação de (TOCQUEVILLE, 1977 apud CREMONESE, 2006);

Os americanos de todas as idades, de todas as condições, de todos os espíritos, estão constantemente a se unir. Não só possuem associações comerciais e industriais, nas quais tomam parte, como ainda existem mil outras espécies: religiosas, morais, graves, fúteis, muito gerais e muito pequenas. Os americanos associam-se para dar festas, fundar seminários, construir hotéis, edifícios, igrejas, distribuir livros, enviar missionários aos antípodas; assim também criam hospitais, prisões, escolas (TOCQUEVILLE, 1977, p. 391-392 apud CREMONESE, 2006, p. 90);

O que fica evidente na perspectiva destes autores é que a ação individual não teria espaço dentro do capital social, pois o desenvolvimento desta variável só é possível onde houver duas ou mais pessoas reunidas com finalidade de manter a qualidade das relações, ou seja, de fundir um espírito participativo, cívico, de cooperação, de participação política, portanto o contanto é fundamental para a construção das redes.

A relação do capital social com o desenvolvimento socioeconômico

Para o teórico Kliksberg (2001), é de extrema importância que o Estado crie mecanismos para o desenvolvimento do capital social esta afirmação esta de acordo com a proposta do Banco Mundial, pois quanto mais haver um desenvolvimento

econômico e social maior será o nível de confiança, da participação em projetos, da participação política, e na cooperação. Ou seja, a cooperação é uma ferramenta necessária para a melhoria da qualidade dos serviços públicos, pode-se portanto, considerar o capital social como uma variável positiva.

Todavia, Kliksberg (2001), considera existir alguns pontos essenciais para a efetivação do capital social. a) a sociedade deve ter consciência sobre os problemas que permeiam a sua realidade social; b) o cidadão e o Estado devem contribuir com o desenvolvimento de valores humanos; c) a sociedade e o Estado devem discutir eticamente os desafios da contemporaneidade; d) desenvolver um sistema de integração por meio da cooperação, da participação e da consciência cívica, ou seja, da ação coletiva¹¹. Segundo o autor, o acúmulo, o aumento do capital social também pode ser verificado no âmbito da saúde pública, de educação e da segurança pública, isto demonstra que a qualidade de vida está relacionada a estes fatores, e os mesmos servem como antídoto da desigualdade social, ou seja favorecem uma maior igualdade social¹².

Uma questão muito pertinente e deve ser esclarecida é em relação a diferença dada entre capital social e capital humano. O capital social requer a participação, a prática efetiva dos cidadãos, isto entende-se, a confiança nos pares, o fortalecimento da cooperação, uma justiça social¹³. Enquanto, que o capital humano é assegurado pela Constituição Federal de 1988, ou seja, requer amplos e sólidos investimentos na saúde na educação e na segurança pública.

O que se percebe, é que no Brasil nas últimas décadas o governo federal tem trabalhado muito em prol da diminuição da disparidade/desigualdade social, de um lado desenvolvendo ações de capital humano as quais em sua maioria parecem estar ligadas a ações de capital social¹⁴. Para Kliksberg (2001), todas as ações desenvolvidas pelas essas duas correntes teóricas possibilitam uma maior qualidade de vida a qual é compreendida como bem estar social.

¹¹ Segundo Kliksberg (2001, p. 115), “As pessoas, as famílias, os grupos, são capital social e cultural por essência”.

¹² Conferir Moser (1996) e o Documento do Banco Mundial (2002).

¹³ Conferir a interpretação da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) referente ao capital social.

¹⁴ Exemplo de capital humano, Bolsa família, bolsa vale gás, SUS, FGTS, estabilidade econômica entre outras ações; já no âmbito do capital social existe a Ficha Limpa dos políticos, Lei de Responsabilidade Fiscal, prebiscitos, abaixo assinados, eleições diretas democráticas, ONGs apoiadas pelo governo, lutas para baixar os índices de corrupção, e outras tantas.

Kliksberg (2001), comunga da teoria de capital social desenvolvida por Putnam (2000), como já foi mencionado, Kliksberg trabalhou quatro conceitos chave, pois primeiro parte de uma reflexão social ética, uma perspectiva associativista, a capacidade de desenvolvimento da confiança entre os cidadãos e por fim a consciência cívica que move os cidadãos a ações coletivas gerando maior comprometimento da governabilidade, ou seja, haverá uma maior democrática o bem estar social será melhor distribuído. Kliksberg (2001), é convicto que quanto maior e igual for à distribuição de renda, o acesso às novas tecnologias, uma saúde de qualidade, uma efetiva punição dos corruptos, quanto maior é à consciência ética, melhor condições e mecanismos para o fortalecimento e geração de capital social.

Capital Social segundo Aléxis de Tocqueville

Na contemporaneidade esta se tornando emergente o debate/reflexão sobre a temática capital social. Uma das tantas questões para o desenvolvimento do estudo é o fato desenvolvermos uma reflexão mais pontual no que se refere à democracia política participativa. Pois, percebe-se, que a complexidade do paradigma que permeia a realidade da sociedade é latente, o que se verifica, é que o bem estar social esta se deteriorizando com um acentuado aumento da individualidade no âmbito social. Consequentemente há uma falta de objetivos claros que possa direcionar e dar significado à sociedade, de coletividade, de cooperação, de espírito cívico frente às desigualdades sociais, frente a um Estado que não representa realmente a necessidade da sociedade.

Portanto, a proposta nestas sete páginas seguintes é analisar a “A democracia na América”, de Tocqueville (1962), na qual o autor é específico e objetivo em demonstrar o fundamento conceitual do capital social o qual, é à base da construção da democracia norte americana e que segundo o autor é uma variável positiva em ser aplicada para o bom desenvolvimento da democracia. Portanto, o objetivo central desta seção é

demonstrar o desenvolvimento do conceito de capital social na perspectiva tocquevilliana no âmbito das ciências sociais e políticas.

É dentro do contexto de complexidade da relação cidadão e Estado que surge a belíssima obra intitulada “A Democracia da América” de Tocqueville o qual tinha apenas 25 anos e era recém chegado a Nova Iorque em 1831. Pois, o autor observando a democracia norte americana percebeu rapidamente a constituição dos princípios de ordem e equilíbrio de poderes, os quais seriam fundamentais para a constituição da república. Um dos objetivos do autor foi em estudar a questão estrutural da democracia dentro dos Estados Unidos e conseqüentemente a questão, sócio - política daquela sociedade, pois o autor tinha instrumentos empíricos para o desenvolvimento da sua pesquisa.

Um dos objetivos do autor foi em estudar a questão estrutural da democracia dentro dos Estados Unidos e conseqüentemente a questão, sócio - política daquela sociedade, pois o autor tinha instrumentos empíricos para o desenvolvimento da sua pesquisa. O autor estava deslumbrado com as condições de igualdade entre os americanos e viu um sinal claro de democracia neste fenômeno. Tocqueville (1962), ficou enaltecido com o espírito de cooperação, de partilha, de comunhão entre os imigrantes recém chegados na América. Os cidadãos tinham como objetivo encontrar métodos para a efetivação do bem estar coletivo, portanto, renunciado o espírito individualista do bem estar individual. Portanto, igualdade é sinônimo de democracia. Conferir o discurso Socrático em praça pública quando se refere que todos têm o direito de expor sua reflexão sobre determinada temática¹⁵.

Tocqueville (1962), sabe que o individualismo atrelado a um sistema aristocrata leva o cidadão a condições de escravo, ou seja, o cidadão perde suas virtudes públicas. O que se percebe, é que o individualismo é a doença dos últimos três séculos. As pessoas estão perdendo a noção dos valores cívicos, do bem estar social, pois aquelas virtudes que são comuns aos cidadãos que os reuniam no intuito de requererem seus

¹⁵ Em Atenas, todos os cidadãos tomavam parte dos negócios públicos; havia ali; porém apenas vinte mil cidadãos, em mais de trezentos e cinquenta mil habitantes; todos os outros eram escravos e desempenhavam a maior parte das funções que hoje em dia pertencem ao povo e mesmo às classes média. Atenas, com o seu sufrágio universal, não era, pois, afinal de contas, senão uma república aristocrática, onde todos os nobres tinham direito igual ao governo [...] (Tocqueville, p.360. 2007).

direitos agora já não tem mais valor, simplesmente porque há um sistema, uma estrutura de dominação.

A sociedade aristocrática para Tocqueville (1962), esta estruturada na perspectiva de uma mobilidade social, porém o indivíduo já tem sua condição determinada, ou seja, já tem sua classe social e isto é o que diferencia a aristocracia da idéia de uma democracia ideal no entendimento do autor¹⁶. O grande desafio é garantir a igualdade de condições dentro da configuração histórica por meio de uma reatualização destas instituições. Pois, Tocqueville (1962), percebe a necessidade de se distanciar de qualquer sistema de desigualdade que esteja amparado na matriz aristocrática.

Tocqueville (1962), inicia sua obra demonstrando que o objetivo é refletir, discutir teoricamente o desenvolvimento da democracia partindo do exemplo encontrado no norte-americano como o respeito ao direito e o equilíbrio de poderes onde não existir esses princípios a república estaria condenada.

O autor ficou deslumbrado com a geografia daquele país, com a falta de ambição material dos povos indígenas, a forma que o homem se apropriava do solo, a estrutura organização social e da política dos americanos (p.31). Na perspectiva tocquevilliana há uma característica peculiar que é a origem dos povos. Todavia, observou-se, a questão da ociosidade no âmbito social, essa ocasionava a escravidão que por sua vez desonra o trabalho, causando desta forma a pobreza e a desigualdade, outro objetivo de sua análise foi à relação do Estado com a sociedade civil.

Tocqueville (1962), compreende o conceito de democracia como algo universal e que favorece o desenvolvimento da sociedade. Para o autor, há uma incompatibilidade entre Estado e Providência, pois o estado não teria condições legais para providenciar um sistema democrático com liberdade e que seja igualitário. É por isto que o Estado detém o poder e restringe a participação do cidadão, além de desenvolver mecanismos

¹⁶ Observa-se, que o ponto de partida da reflexão tocquevilliana se refere à concepção de aristocracia é a reflexão de que a estrutura do caráter do indivíduo mediano e a estrutura sócio-econômica da sociedade a que ele pertence são interdependentes. Portanto, o caráter social é sucumbido, o indivíduo perde sua noção de civilidade, pois esta modela o caráter social de seus membros. E por consequência a sociedade civil acaba por ficar refém do sistema! Para Tocqueville, a sociedade deveria se espelhar nos no exemplo da cidadania norte americana .

de perseguição contra tudo que envolva um sistema de cooperativismo pois o Estado visava manter sua autoridade política.

Segundo Milani (2005, p. 1), é inegável na perspectiva tocquevilliana que a sociedade norte americana sempre demonstrou um espírito cívico, participativo, de cooperação e este impacto foi rapidamente percebido pelo compromisso que as entidades afirmaram em participarem da vida política efetivamente, ou seja, havia já naquele período a construção de uma democracia liberal, e a base para esta democracia é justamente o capital social, o qual foi utilizado positivamente para a construção da democracia participativa / democracia ideal.

Portanto, o autor considera a democracia como algo sagrado, ou seja, quem se propor a lutar contra estaria lutando contra Deus.

Se a observação atenta e a meditação sincera levassem os homens de nosso tempo a reconhecer que o desenvolvimento gradual e progressivo da igualdade constitui, a um tempo, o passado e o futuro da sua história, bastaria essa descoberta para dar àquele desenvolvimento o caráter sagrado da vontade de Deus soberano. Neste caso, querer deter a democracia seria como que lutar contra o próprio Deus, e só restaria às nações acomodar-se ao estado social que lhes impõe a Providência. (Tocqueville, 1962, p. 14).

Esta reflexão tocquevilliana é uma crítica ao sistema político Francês, pois o autor considerava o sistema político americano um sistema de igualdade e tinha por objetivo abstrair os ensinamentos da experiência democrática¹⁷.

Tocqueville (1962), considera o Estado intervencionista como um sistema autoritário e despótico, ou seja, aniquilador da liberdade dos cidadãos, mas pelo contrário uma sociedade participativa, que coopera nas decisões do Estado, ou seja, uma sociedade de iguais. Outra questão que nos parece necessitar de uma reflexão é a questão do socialismo na perspectiva tocquevilliana não haveria como vincular ou

¹⁷ O autor utilizando o ex.: da América com a finalidade de demonstrar por meio de uma metodologia explicativa que o desenvolvimento dos hábitos e dos costumes é fundamental para a manutenção das leis e consequentemente da democracia (Tocqueville, 1962, p. 242).

equipara com a democracia, pois socialismo é uma sujeição inquestionável onde o cidadão se tornaria servo do sistema (p.187).

Tocqueville (1962), entende que, a constituição de um estado democrático só é possível pela vontade da maioria do povo, portanto, procura se afastar de qualquer tipo de ditadura disfarçada, essa que pode minar a base de um sistema democrático. No argumento tocquevilliano é enfatizado o princípio da soberania do povo na América, ou seja, o poder é emanado do povo, o qual tem efetivamente uma participação nas questões políticas, na composição das leis, nas escolhas dos agentes políticos, ou seja, “sociedade age sozinha e sobre ela própria” (1987, p. 52)¹⁸.

O povo participa da composição das leis, pela escolha dos legisladores, da sua aplicação pela eleição dos agentes do poder executivo; pode-se dizer que ele mesmo governa, tão frágil e restrita é a parte deixada à administração, tanto se ressentida esta da sua origem popular e obedece ao poder de que emana [...] (Tocqueville, 1962, p. 52)

A educação política esta na base da administração pública dos norte-americanos e portanto a democracia esta acessível a todos é um aspecto, um efeito das políticas descentralizadoras.

Na Nova Inglaterra, já em 1650, a comuna é completa e definitivamente constituída. Em torno da individualidade comunal vêm agrupar-se e ligar-se fortemente interesses, paixões, deveres e direitos. No seio da comuna, vê-se reinar uma vida política real, ativa, inteiramente democrática e republicana. As colônias reconhecem ainda a supremacia da metrópole; é da monarquia que vem a lei do Estado, mas já se acha a república inteiramente viva na comuna. A comuna nomeia os seus magistrados de todos os gêneros; fixa seus próprios impostos, cobra e distribui a receita. Na comuna da Nova Inglaterra, a lei de representação jamais é admitida. É em praça pública e no seio da assembleia geral dos cidadãos que se debatem, como em Atenas, os assuntos que dizem respeito ao interesse de todos (Tocqueville, 1962, p. 40).

¹⁸ Para Tocqueville (1962, p. 52), o povo é emanado de um poder no que tange as decisões das políticas americanas que podem ser comparados a Deus.

Segundo Tocqueville [...] na América, o povo designa aquele que faz a lei e aquele que a executa; constitui ele mesmo o júri que pune as infrações à lei [...] (p.136). O autor enfatiza que este processo é fundamental para o desenvolvimento da democracia ideal e isto ocorre no norte americano.

A arte de se associar: Liberdade associativa

Outro ponto importante para Tocqueville, é a definição de associação e sua derivação associação política. Para o autor nunca se tirou tantos partidos das associações como ocorreu na América, o que demonstra é que a ação associativa é fundamental para o desenvolvimento do capital social. Um dos objetivos do ato de associar-se é obter segurança, um resultado mais eficaz e na perspectiva tocquevilliana é uma ação coletiva que visa o bem estar da comunidade¹⁹. Esta prática foi adotada em diversos meios corroborando para o processo democrático. É evidente a vontade de potência, ou seja, a união dos indivíduos irá desencadear uma potência e a qual quando bem dirigida terá efetivamente êxito sobre as possíveis divergências é o poder, o interesse coletivo em ação.

Uma associação consiste, unicamente, na adesão pública que certo número de indivíduos dá a tais ou quais doutrinas e no compromisso que contrai de concorrer de certa maneira para fazê-los prevalecer. O direito de se associar, assim, confunde-se quase com a liberdade de escrever; já, porém, possui a associação mais poder que a imprensa. Quando uma opinião é representada por uma associação, é ela obrigada a tomar forma mais nítida e mais precisa. Conta os seus partidários e os compromete na sua causa. Estes aprendem por si a conhecer uns aos outros e o seu ardor cresce com o seu número. A associação enfeixa os esforços dos espíritos divergentes e os impele com vigor para uma única finalidade claramente indicada por ela (Tocqueville, 1962, p. 147).

¹⁹ Somente por meio do associativismo é que se pode explicar a ação coletiva dos cidadãos norte-americanos pois, [...] todos se mostram interessados pelos negócios de sua comuna, de seu cantão, e do Estado inteiro como se fossem deles próprios? (Tocqueville, 1962, p. 183).

Assim, é o interesse coletivo, porém não visa banir a individualidade, a liberdade do cidadão é uma ação democrática (FREY, 2000, p. 14).

Os americanos estabeleceram também um governo no seio das associações; é porém, se assim posso exprimir-me, um governo civil. Nele, a independência individual tem a sua parte. Como na sociedade, todos os homens marcham ao mesmo tempo, em direção ao mesmo objetivo; mas nenhum é obrigado a marchar exatamente pelos mesmos caminhos. De modo algum faz-se o sacrifício da vontade e da razão; mas, a vontade e a razão são aplicadas no sentido de fazer triunfar um empreendimento comum. (Tocqueville, 1962, p. 151)

O cerne da obra “A Democracia na América” esta nos hábitos dos americanos e no costume de participação nas manutenções das leis o que permite a associação de um povo livre na prática da democracia²⁰. Segundo Tocqueville (1962), a democracia é [...] da própria essência dos governos democráticos que o império da maioria seja absoluto, pois fora da maioria, nas democracias, não existe coisa alguma que subsista (p.190).

A manutenção da democracia americana é pautada na liberdade e na igualdade, portanto, são essenciais a ajuda mútua e a cooperação para o processo da coisa pública, visando à manutenção das leis (FREY, 2000, p. 5). Segundo Tocqueville, o cidadão americano tem um espírito cívico, um espírito público, tem uma reciprocidade, tem uma participação política e isto é fundamental para uma democracia ideal e para a sua manutenção.

Os americanos de todas as idades, de todas as condições, de todos os espíritos, estão constantemente a se unir. Não só possuem associações comerciais e industriais, nas quais tomam parte, como ainda existem mil outras espécies: religiosas, morais, graves, fúteis, muito gerais e muito pequenas; [...] associam-se para dar festas, fundar seminários, construir hotéis, edifícios, igrejas, distribuir livros, [...] criam hospitais, prisões, escolas. Trata-se, enfim, de trazer à luz ou se desenvolver um sentimento pelo apoio de um grande exemplo, eles se associam. Assim o país mais democrático da terra verifica-se ser aquele onde os homens mais aperfeiçoaram [...] a arte de procurar em comum o objetivo dos seus comuns desejos e aplicaram ao maior número de objetos essa ciência nova (Tocqueville, 1962, p.391-392).

²⁰ Verifica-se, Tocqueville, (1962, p. 242).

A efetivação da democracia participativa só é possível de ser pensada, ou melhor, implantada por meio do espírito cívico e nesse sentido os americanos segundo a perspectiva toquevilliana são exemplos e o, Estados Unidos seria um exemplo de democracia ideal segundo Tocqueville. Fica evidente ao decorrer da obra “A Democracia na América”, que o ato de se associar, o associativismo é um potencial para a manutenção da democracia ideal.

Conclusão

Chega-se, a conclusão que Tocqueville tem a percepção que a sociedade vai se tornando mais civilizada, mais complexa passa a ser a relação entre os pares, conseqüentemente as relações, o ato de se associar passa ficar mais complicado, e o engajamento cívico na perspectiva toquevilliana não é apenas um ato de amor pela sociedade. Todavia, Tocqueville considera o agir consciente, responsável poderá transformar a atitude dos cidadãos, os quais passam a serem livres e responsáveis por todos os problemas da sua comunidade e portanto, os mesmos se associariam na busca das possíveis soluções dos problemas.

Tocqueville desempenhou se em desenvolver uma reflexão teórica sobre a reconquista da autonomia da ação política pelo cidadão e conseqüentemente uma revitalização da participação na vida pública, por meio do engajamento cívico do cidadão. Para Tocqueville a democracia ideal só seria possível por meio da real participação dos cidadãos participação esta efetivada pelas associações recíprocas onde “os sentimentos e as idéias não se renovam, o coração não cresce e o espírito não se desenvolve, a não ser pela ação recíproca dos homens uns sobre os outros”.

Referências

BANCO MUNDIAL. **Integrated Questionnaire for the Measurement of Social Capital (SC-IQ). Questionário integrado para medir capital social (QI MCS)**, 2003. Disponível em fi/14753_qi-mcs.pdf>. Acesso em nov. 2012.

BOURDIEU, Pierre. **O capital social: notas provisórias**. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Org.). **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

COLEMAN, James S. "**Capital social e a criação do capital humano**". *Jornal americano de Sociologia*, 94, Suplemento, p.95-120, 1988.

CREMONESE, Dejalma. **Capital social e educação: a experiência de Ijuí – RS**. *Revista Guairacá*, Guarapuava, n. 23, p.127-156, 2007.

FREY, Klaus. **Descentralização e poder local em Alexis de Tocqueville**. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 15, p. 4-15, 2000.

HANIFAN, J. L. 1916. **The Rural School Community**. *Annals of the American Academy of Political and Social Science* 67: 130-138.

HIGGINS, Silvio Salej. **Fundamentos teóricos do capital social**. Chapecó: Argos, 2005.

MILANI, Carlos. **Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local: lições a partir da experiência de Pintadas**. Salvador: Mimeo, 2005, p. 1-5.

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PUTNAM, Robert D. **Capital social e democracia**. *Braudel Papers*, n. 10, 1995.

KLIKSBERG, Bernardo. **Falácias e mitos do desenvolvimento social**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2003.

REIS, Helena Esser. **A importância das associações para a democracia: uma análise segundo a perspectiva tocquevilliana**. *Revista Filósofos*, v. 1, n. 1, p. 35-47, 1996.

RICOTTA, G. **Cooperativismo, associativismo e capital social**. Palestra proferida no Auditório da Unijuí, Ijuí: 21 de julho de 2003.

_____. **A Democracia moral de Tocqueville**. *Revista Fragmentos de Cultura*, v. 10, n. 6, p. 1075-1086, 2000.

TOCQUEVILLE, Charles Aléxis Clérel de. **A democracia na América**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora da USP, 1977.

WOOLCOCK, Michael. **Social capital and economic development:** Toward a theoretical synthesis and policy framework. In. *Theory and Society*, Vol. 27, n° 2. 1998.